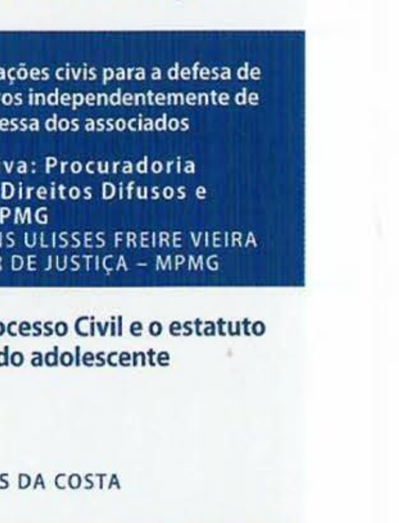
XXII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TESES

XXII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	SALA 1 - ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA Presidente: Dr. Henrique Kleinhappel Andrade Coordenador: Dra. Flávia Mussi Bueno de Couto	SALA 2 - ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA Presidente: Dra. Adriana Júlia de Souza Coordenador: Dra. Marina Kattah
8H30	A efetividade dos Termos de Ajustamento de Conduta e a importância de atuação do Ministério Público Brasileiro sob a ótica do dever de proteção do meio ambiente na Amazônia Legal. - ADRIANA PASSOS FERREIRA - LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA - GRUCHENKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE	Evasões do serviço de acolhimento institucional: atuação do centro de referência especializado de assistência social, com busca e apreensão judicial em caráter excepcional - EPAMINONDAS DA COSTA
8H50	Os aterros sanitários de pequeno porte e o licenciamento ambiental simplificado: a (in)constitucionalidade da resolução CONAMA 404/2008 e da Resolução CEMA/PR 094/2014. - ALEXANDRE GAIO - LETÍCIA UBA DA SILVEIRA MARASCHIN - CASSIANA RUFATO CARDOSO	A prescrição das ações de ressarcimento ao erário depois do julgamento pelo STF do RE n.º 669.069-MG Autoria coletiva: Procuradoria de Justiça de Direitos Difusos e Coletivos – MPMG DEFESA: JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI - PROCURADOR DE JUSTIÇA - MPMG
9H10	A atuação do Ministério Público no STF: reclamação constitucional, Súmula Vinculante n. 13 e nepotismo. - CLAUDIA TURNER P. DUARTE - INES DA MATTA ANDREIUOLO	As prefeituras privadas e a inconstitucionalidade do fechamento de ruas e de praças Autoria coletiva: Procuradoria de Justiça de Direitos Difusos e Coletivos – MPMG DEFESA: ANTÔNIO SÉRGIO ROCHA DE PAULA - PROCURADOR DE JUSTIÇA – MPMG
9H30	A urgente e necessária atuação garantista do Ministério Público Brasileiro para a efetivação de políticas públicas de cuidados para a pessoa idosa dependente - ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA	Legitimidade das associações civis para a defesa de direitos difusos e coletivos independentemente de autorização expressa dos associados Autoria coletiva: Procuradoria de Justiça de Direitos Difusos e Coletivos – MPMG DEFESA: NEDENS ULISSES FREIRE VIEIRA – PROCURADOR DE JUSTIÇA – MPMG
9H50	O papel do Ministério Público no enfrentamento aos desafios da implementação do direito dos povos e comunidades tradicionais à consulta prévia, livre e informada - ANA PAULA PINA GAIO - ANA CAROLINA BROLO DE ALMEIDA	O novo Código de Processo Civil e o estatuto da criança e do adolescente - EPAMINONDAS DA COSTA
10H10	Prescindibilidade de intervenção do Ministério Público em processos envolvendo interesse individual disponível de incapaz que não está em situação de vulnerabilidade. - ANDRESSA CHIAMULERA - DEFESA: HUGO EVO MAGRO CORRÊA URBANO	O prazo prescricional da ação de improbidade administrativa proposta em face de servidor no exercício de cargo efetivo ou emprego Autoria coletiva: Procuradoria de Justiça de Direitos Difusos e Coletivos – MPMG DEFESA: MARCOS TOFANI BAER BAHIA - PROCURADOR DE JUSTIÇA – MPMG



10H30	Uma leitura constitucional da atividade de controle externo da atividade policial na modalidade difusa - ANDRÉ TIAGO PASTERNAK GLITZ	A legitimidade da Associação Nacional de Defesa c Concursos para Cartório (Andecc) para a proposiçã ação civil pública na defesa do patrimônio públic Autoria coletiva: Procuradoria de Justiça Direitos Difusos e Coletivos – MPMG DEFESA: ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGEI FERNANDES - PROCURADOR DE JUSTIÇA – MPI
10H50	A reserva legal na mata atlântica e a in(sustentabilidade) da prática do manejo florestal - ALEXANDRE GAIO	Audiências concentradas e a obrigatória "escuta tolerante" da criança e do adolesce - EPAMINONDAS DA COSTA - FERNANDA PINTO PEREIR
11H10	O reassentamento coletivo e a indenização justa das populações atingidas e expropriadas por barragens - ANA PAULA PINA GAIO	A compensação da reserva legal e o Novo Códi Florestal Autoria coletiva: Procuradoria de Justiça de Direitos Difusos e Coletivos – MPMG DEFESA: ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES - PROCURADOR DE JUSTIÇA – MPMG
11H30	Segurança viária no entorno das instituições de ensino constitui dever prioritário das Guardas Municipais. - CÁSSIO MATTOS HONORATO	A inconstitucionalidade da "anistia florestal" Autoria coletiva: Procuradoria de Justi de Direitos Difusos e Coletivos – MPM DEFESA: GISELA POTERIO SANTOS SALDAN - PROCURADORA DE JUSTIÇA – MPMG
11H50	Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor e no Novo Código de Processo Civil - CIRO EXPEDITO SCHERAIBER - CRISTINA CORSO RUARO	O programa de regularização ambiental (PRA e o interesse de agir na ação civil pública par instituição da reserva legal Autoria coletiva: Procuradoria de Justi de Direitos Difusos e Coletivos – MPMG DEFESA: ANTÔNIO SÉRGIO ROCHA DE PAUL PROCURADOR DE JUSTIÇA – MPMG
12H10	Análise de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Repercussão nas Políticas Públicas do Direito Interno especialmente no Direito à Segurança - ANDREA TEIXEIRA DE SOUZA - PATRICIA PIMENTEL DE OLIVEIRA CHAMBERS RAMOS	O Cadastro Ambiental Rural e o Novo Código Florestal Autoria coletiva: Procuradoria de Justi de Direitos Difusos e Coletivos – MPMG DEFESA: GISELA POTERIO SANTOS SALDANH - PROCURADORA DE JUSTIÇA – MPMG

	SALA 3 - ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA Presidente: Dra. Nidiane Moraes Silvano de Andrade Coordenador: Dra. Isabela de Carvalho	SALA 4 - ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA Presidente: Dr. Guilherme Abras Guimarães de Abreu Coordenador: Dr. Allender Barreto Lima da Silva
8H30	Atuação do Ministério Público Estadual na promoção e defesa de direitos dos povos de terreiro - MARIANA SEIFERT BAZZO - PAULO CÉSAR VIEIRA TAVARES	A atuação do Ministério Público na efetivação de políticas públicas para melhorias no serviço público de saúde e proteção do bem fundamental da vida - EDUARDO JOSÉ FALESI DO NASCIMENTO
8H50	Há salvação para o semiárido nordestino: O Bioma Caatinga pode ser restaurado - GERALDO MARGELA CORREIA	Flagrante desvio de finalidade no ato administrativo como evidência do dolo presumido do administrador público - RUTH ARAÚJO VIANA
9H10	Ações possessórias e conflitos agrários coletivos na Justiça Estadual: o papel da União - MARIANA SEIFERT BAZZO - OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES	A importância da união dos Órgãos que atuam na defesa do consumidor no âmbito do Ministério Público - OTÁVIO DE SOUZA GOMES
9H30	Das consequências do silêncio do investigado na investigação cível - HUGO EVO MAGRO CORRÊA URBANO - ÍTALO JOÃO CHIODELLI	A improbidade por omissão na conservação do patrimônio público - PATRÍCIA PAULA SANTOS
9H50	Da implementação e suporte de profissional especializado no sistema educacional público. Disponibilização obrigatória aos alunos portadores de deficiência sensorial, física e intelectual - ÍTALO COSTA DIAS - ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO	Improbidade administrativa por dolo presumido em omissão reiterada do gestor competente para estruturação do Conselho Municipal de Saúde - RUTH ARAÚJO VIANA - CELSIMAR CUSTODIO SILVA
10H10	Diretrizes para a cessão de servidores públicos - LEONARDO DUMKE BUSATTO	Ajuizamento de medida cautelar inominada oriunda do código de processo civil pelo ministério público na área penal - VILSON FARIAS
10H30	A utilização dos relatórios de inteligência financeira oriundos do COAF como meio de prova na persecução dos atos de improbidade administrativa de agentes públicos - LETÍCIA LEMGRUBER - MARIA CLARA MENDONÇA PERIM - GUSTAVO ROBERTO CHAIM POZZEBON	Ativismo Judicial nas ações de saúde, posicionamento do Ministério Público em defesa do direito fundamental do indivíduo e limites orçamentários do Estado - SELMA MAGDA PEREIRA BARBOSA BARRETO
10H50	O Direito Constitucional à Saúde e o Uso da Cannabis medicinal por Pacientes: Atipicidade da Conduta - MARCONI ANTAS FALCONE DE MELO	Aplica-se a Súmula Vinculante nº. 13 às nomeações para cargos públicos na administração pública, sendo que a investidura em violação a esse enunciado, além da nulidade do ato administrativo, caracteriza improbidade administrativa por violação de princípios (artigo 11 da LIA). - TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN

9H30	Conflito de atribuições entre o Ministério Público da União e dos Estados, bem como interestadual (MPUxMPE ou MPExMPE): Conflito federativo a ser dirimido pelo Supremo Tribunal Federal. - RENEE DO Ó SOUZA - ROGÉRIO SANCHES CUNHA	Possibilidades de solução extrajudicial de conflitos na área da proteção ao patrimônio público e a tutela da probidade administrativa - EDUARDO CAMBI - CLÁUDIO SMIRNE DINIZ
9H50	"Big data", o KDD e Ministério Público: a "business intelligence" a serviço da gestão eficiente das Procuradorias-Gerais de Justiça e das Corregedorias Ministeriais - PABLO ANTONIO CORDEIRO DE ALMEIDA	Audiência pública: instrumento de eficiência e de fortalecimento da legitimidade da atuação do Ministério Público - HIRMÍNIA DORIGAN DE MATOS DINIZ
10H10	A democratização do Ministério Público como desafio paradigmático - MÁRCIO SOARES BERCLAZ - JULIANO RODRIGUEZ TORRES	Ministério Público e exposição midiática - FRANCISCO RAULINO NETO
10H30	Diagnóstico e perspectivas da desigualdade de gênero nos espaços de poder do Ministério Público: "santo de casa não faz milagre"? - MARIA CLARA COSTA PINHEIRO DE AZEVEDO; MARIA CAROLINA SILVEIRA BERALDO; HOSANA REGINA ANDRADE DE FREITAS; DANIELA CAMPOS DE ABREU SERRA; ANA TERESA SILVA DE FREITAS; MÔNICA LOUISE DE AZEVEDO	Perda do cargo de membro do Ministério Público em decorrência da prática de crime e de ato de improbidade administrativa - CLÁUDIO SMIRNE DINIZ
10H50	Três décadas da Constituição de 1988 e o desafio de se definir um novo modelo de concurso público para a seleção dos promotores de Justiça do século XXI - MATEUS EDUARDO SIQUEIRA NUNES BERTONCINI	A inoponibilidade da garantia da independência funcional às diretrizes do planejamento estratégico do Ministério Público - HIRMÍNIA DORIGAN DE MATOS DINIZ
11H10	Acesso à justiça e central de atendimento do Ministério Público - MÔNICA LOUISE DE AZEVEDO - SANDRA MANCINO - ALCIDES SANTOS NETO	Saudades do promotor ad hoc : Como isso é possível? - ANDRÉ SILVANI DA SILVA CARNEIRO
11H30	O planejamento estratégico como ferramenta de inovação para o Ministério Público contemporâneo - OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO - PATRÍCIA DE AMORIM RÊGO - ANTONIA FRANCISCA DE OLIVEIRA	Ministério Público resolutivo, negociação e mediação: apontamentos sobre a efetividade da atuação ministerial a partir de seu novo perfil constitucional - THYEGO DE OLIVEIRA MATOS
11H50		A Inconstitucionalidade do PL Nº 7.596/2017 (Câmara dos Deputados) - TIAGO DE TOLEDO RODRIGUES
12H10		O insustentável cárcere ilegal

11H10	Gestão interdisciplinar e participativa das medidas socioeducativas por meio da saúde na linha do cuidado - FREDERICO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS	Justiça Restaurativa na Socioeducação - VANESSA HARMUCH PEREZ ERLICH
11H30	Tutela do direito fundamental ao respeito dos adolescentes acusados da prática de atos infracionais - MOACIR SILVA DO NASCIMENTO JÚNIOR	O dever constitucional de licitar e a desnecessidade de prejuízo financeiro ao erário para a configuração do crime do artigo 89 da Lei 8.666/93 - VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA
11H50	A legitimidade do Ministério Público para postular o incidente de desconsideração da personalidade jurídica - GUILHERME DE SÁ MENEGHIN	O procedimento administrativo (PA) como mecanismo de tutela de direitos e interesses individuais indisponíveis - WILLIAN BUCHMANN - ARION ROLIM PEREIRA
12H10	Impactos da ADI 2404 na política pública de classificação indicativa e seus reflexos na atuação do Ministério Público - MOACIR SILVA DO NASCIMENTO JÚNIOR	O Ministério Público tem legitimação para executar a ação popular na impossibilidade jurídica do autor propô-la - VILSON FARIAS

	SALA 5 - ÁREA DA POLÍTICA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA Presidente: Dr. Marcos Pereira Anjo Coutinho Coordenador: Dra. Giselle Luciane de Oliveira Lopes Viveiros Melo	SALA 6 - ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA, CRIMINAL, E DA POLÍTICA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA Presidente: Dr. Hugo Barros de Moura Lima Coordenador: Dr. Luciano Moreira de Oliveira
8H30	Ministério Público Nacional e Princípio Federativo: Análise a partir da decisão proferida pelo STF na Ação Civil Originária 924/PR - ANTÔNIO FERNANDES OLIVEIRA MATOS JÚNIOR	Ministério Público resolutivo e dinamização do ônus da prova quanto à condição econômico-financeira do devedor dos de alimentos - EDUARDO CAMBI
8H50	A distorção do papel constitucional do CNMP: A necessária discussão sobre os limites de atuação - HENRIQUE DA ROSA ZIESEMER	Do casamento e do divórcio por procuração - FRANCISCO RAULINO NETO
9H10	O Ministério Público como Garantia Constitucional Fundamental da Sociedade de Acesso à Justiça: interpretação ampliativa e rol meramente exemplificativo dos mecanismos de atuação jurisdicional e extrajurisdicional da Instituição - GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA - LENNA LUCIANA NUNES DAHER - LUDMILA REIS BRITO LOPES	Responsabilidade civil do Estado decorrente da não oferta de vaga no ensino obrigatório - HIRMÍNIA DORIGAN DE MATOS DINIZ

	SALA 7 ÁREA CRIMINAL Presidente: Dra. Luciana Kellen Santos Pereira Guedes Coordenador: Dra. Ana Cláudia Lopes	SALA 8 ÁREA CRIMINAL Presidente: Dr. João Paulo Alvarenga Brant Coordenador: Dr. Adriano Dutra Gomes de Faria	SALA 9 ÁREA CRIMINAL Presidente: Dr. César Augusto dos Santos Coordenador: Dra. Joana Paula Primeira de Resende Pinto
8H30	A redefinição do papel do Ministério Público, com atuação na área criminal, no combate ao bis in idem social na era neoliberal: O fenômeno das chacinas urbanas - ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO - LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	A posição de garantidor e a responsabilidade penal por omissão do Compliance officer na legislação brasileira - RENEE DO Ó SOUZA - ROGÉRIO SANCHES CUNHA	Refletindo sobre o art. 244b, Lei 8069/1990 – apuração do elemento subjetivo do tipo e ouvida do inimputável coautor do delito no juízo comum - SUZANE MARIA CARVALHO DO PRADO
8H50	Institui o Crime de Fraude Eleitoral - ANA MARIA DO AMARAL MARINHO	Apoio, capacitação e ensino do Tribunal do Júri no Ministério Público Brasileiro - YTHALO FROTA LOUREIRO	A Promotoria do Júri: Propostas de indicadores e resultados no combate a crescente criminalidade contra a vida. - ROSEMARY SOUTO MAIOR DE ALMEIDA
9H10	A análise econômica do crime pode ser utilizada pelo Ministério Público como método auxiliar, nos juízos de diagnóstico e prognose do comportamento criminoso, para um eficiente combate à criminalidade. - ANALÚ LIBRELATO LONGO - DEFESA: HENRIQUE DA ROSA ZIESEMER	A participação do indiciado/réu em procedimento circular restaurativo como circunstância atenuante inominada em respeito ao princípio constitucional da individualização da pena - MARCELO AUGUSTO RIBEIRO	Artigo 28 da Lei 11.343/2006 – Natureza Jurídica e Consequências Processuais - SUZANE MARIA CARVALHO DO PRADO
9H30	O Brasil prende pouco - CALIXTO OLIVEIRA SOUZA	Difusão do princípio constitucional anticorrupção e o respectivo impacto na corrupção inconvencional - MARCONDES PEREIRA DE OLIVEIRA - GABRIELA ALMEIDA DE SANTANA	
9H50	Possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo nos delitos em situação de violência doméstica e familiar e revisão de entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal na ADC nº 19/DF - CAROLINE CHIAMULERA	A execução imediata da pena privativa de liberdade por ocasião do julgamento pelo Tribunal do Júri. - YTHALO FROTA LOUREIRO	
10H10	Pena de prisão, de Beccaria a Foucault, um mal necessário - CLÁUDIA RODRIGUES DE MORAIS PIOVEZAN	A prova de hearsay (ouvir dizer) no procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri - YTHALO FROTA LOUREIRO	
10H30	O depoimento da vítima e de seus familiares clama por justiça, o do réu, pela impunidade - DALVA CABRAL DE OLIVEIRA NETA	Sobre a participação do Ministério Público nos Conselhos da comunidade - PAULO ROBERTO SANTOS ROMERO	
10H50	O trabalho externo dos apenados em regime semi-aberto e o acesso ao dado negado nas investigações do tráfico ilícito de entorpecentes - JACKELINY FERREIRA RANGEL	A vedação à menção dos depoimentos prestados na fase de investigação, durante os debates do Tribunal do Júri, no projeto de lei do novo Código de Processo Penal - YTHALO FROTVA LOUREIRO	
11H10	Posse de Drogas para Consumo Pessoal em Presídio - LUIS DIAS FERNANDES	A constitucionalidade da execução provisória da pena no tribunal do júri. - RAFAEL SCHWEZ KURKOWSKI	
11H30	Técnicas de investigação aplicadas à elucidação do crime de tortura - JOÃO GASPAR RODRIGUES	Critérios objetivos para dosimetria da pena-base nos procedimentos dos crimes de competência do Tribunal do Júri. - YTHALO FROTA LOUREIRO	
11H50		A investigação criminal pelo Ministério Público como poder-dever de agir. - RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA	
12H10		Tempo de despertar - programas de responsabilização, ressocialização e grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher - MARIA GABRIELA PRADO MANSSUR	